AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 3 Nº 2 5 DE MARÇO DE 1979

PERIODICOS

21. III. 79
DR - RIO

0070
10.416

0000000238
BIBLIOTECA KARL A BOEDECKER
ESCOLA DE ADM DE EMPRESAS FGV
ATT TANIA RODRIGUES MENDES
AV 9 DE JULHO 2029 10 ANDAR
SAO PAULO SP
BIB

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Pecuária Bovina	Antônio Roberto Marques Gonçalves
Fatores de Produção; Infraestrutura; Sistemas de Safras	Bruno Marcus Rangel Pessanha
Oleaginosa; Cereais de Inverno; Metais	Fernando Roberto de Freitas Almeida
Serviço de Dados Básicos;	
Mandioca Agroindústria; Algodão	Inês Teresa Lyra
Animais de Pequeno e Médio Porte; Feijão	Irene Freire Raguenet
Milho; Sorgo; Rações; Serviço de Cadastro;	Ivan Wadekin
Café	João Luis Mascolo
Cana de Açúcar	Moema Unis Benevides
Moeda e Crédito; Editoração; Fumo; Arroz	Regis Norberto da Cunha Alimandro
Cacau; Fruticultura; Horticultura	Rui Melo de Carvalho

QUADRO DE APOIO

Arte Final	Jorge Martins dos Santos
Mensageiro	José de Oliveira Melo Junior
Secretária	Maria Berni Medina de Abreu
Serviços de Documentação	Maria Eunice Rocha

Agroanalysis. v.1 – , n.1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30cm Quinzenal (fev. a ago.)
Mensal (set. a jan.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631(05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. 3 nº 2

5 de março de 1979

ÍNDICE

NOTA DA EDIÇÃO pág. II

PANORAMA AGROPECUÁRIO

Preços no Mercado Externo pág. 2
Preços no Mercado Interno pág. 4
Preços Relativos pág. 6

COMENTÁRIOS

Algodão pág. 8
Arroz pág. 10
Café pág. 12
Carne pág. 13
Feijão pág. 14
Leite pág. 16
Milho pág. 17
Soja pág. 19
Trigo pág. 22

Agroanalysis	Rio de Janeiro	v. 3	n. 1	pág. 1 a 23	março 1979

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

NOTA DA EDIÇÃO

De uma maneira geral, as exportações agrícolas brasileiras foram beneficiadas, na década de 70, por uma fase de alta nas cotações internacionais: o preço da tonelada de açúcar subiu 547% entre 1970 e 1974; as cotações do café chegaram a sextuplicar em menos de 2 anos e mantém-se, até hoje, em nível muitas vezes superior ao de antes da geada de 1975; o cacau, que valia US$ 710 a tonelada, em 1970, no mercado de Nova York, atingiu um pico de US$ 4.530 a tonelada em 1977, e, atualmente, está cotado a US$ 3.350 a tonelada; e o preço da soja, finalmente, passou de US$ 97/t, em 1970, a US$ 229/t em 1973, e, desde então, permaneceu elevado.

Foi graças, sobretudo, a esse movimento de alta nas cotações que as divisas obtidas com a exportação de 6 produtos agrícolas, "in natura" ou transformados * passaram de US$ 1,5 bilhão, em 1970, para pouco mais de US$ 6 bilhões em 1976; acréscimo de recursos que serviu, em parte, para contrabalançar o encarecimento do petróleo e para financiar a importação dos equipamentos necessários a um novo ciclo de investimentos industriais.

Ainda assim, persiste a idéia de que essa evolução favorável em termos de preços representa um sucesso apenas relativo. Em primeiro lugar, porque o Balanço Comercial brasileiro permanece deficitário. Em seguida, porque esse afluxo de divisas ocorreu, em grande parte, de forma independente da nossa estratégia de exportações; a exceção, notável, é a soja, com relação à qual se procedeu a uma política agressiva de conquista de mercados. E, finalmente, porque é impossível deixar de pensar que se poderia ter feito melhor.

Com efeito, por trás do crescimento da receita em divisas decorrente da valorização no mercado internacional de nossos produtos, surgem algumas tendências estruturais particularmente inquietantes: a participação do Brasil no mercado internacional do café tem caído sem cessar; pela primeira vez em muitos anos, em razão sobretudo de uma redução gradativa na área de plantio, o país se encontra na contingência de renunciar às exportações de algodão; o desestímulo continuado a certas atividades agropecuárias (carne, leite, feijão e, até certo ponto, milho) transformou-nos em importadores de produtos cuja produção, durante muito tempo, bastou para o consumo interno (o país corre o risco, até que o rebanho nacional se recupere, de se tornar um importador líquido de carne).

A valorização de alguns produtos no mercado internacional teve, portanto, o inconveniente de encobrir erros de política agrícola e carências que se agravavam no suprimento do mercado interno. O exame dessas questões é, ao mesmo tempo,

* Café, Soja, Açúcar, Algodão, Cacau e Laranja.

necessário e oportuno. Necessário, porque nada garante que as cotações de alguns dos nossos produtos de exportação se mantenham elevadas. Delineia-se, mesmo, uma tendência de queda nos mercados de café e cacau (este último, ainda com possibilidades de alta a curto prazo) enquanto uma elevação nas cotações do açúcar continua a depender da ratificação do Acordo pelo Congresso Norte-americano. E, a menos que uma nova crise internacional de grandes proporções provoque uma reativação violenta dos mercados de matérias-primas (hipótese que não se pode desprezar tendo em vista as ocorrências no Irã e o conflito sino-vietnamita), será preciso inverter a tendência ao crescimento das importações de alimentos e adotar uma estratégia na exportação de produtos agrícolas mais agressiva. A reavaliação da política de exportações agrícolas é, além disso, oportuna porque coincide com a preocupação expressa pelo novo governo de dar prioridade à agricultura. Prioridade significa, também, dar maior atenção aos problemas do campo, o que, espera-se, acabará por provocar modificações em alguns dos aspectos da política agrícola brasileira.

Nesse particular, a recente decisão de acentuar as desvalorizações do cruzeiro em relação ao dólar poderia contribuir para conciliar o estímulo à produção interna de alimentos com o incentivo às exportações agrícolas. De um lado, a receita orçamentária do governo federal crescerá significativamente com a retirada gradativa dos subsídios à exportação de manufaturados, de outro, o segmento agrícola exportador receberá um maior volume de cruzeiros pelos dólares obtidos no exterior. Assim, à medida que as desvalorizações aceleradas fossem aumentando a receita em cruzeiros dos agricultores dedicados às lavouras de exportação, poder-se-ia transferir parte do crédito subsidiado de que eles se beneficiam para a produção de alimentos.

Não há dúvida de que, a médio prazo, as desvalorizações mais acentuadas do cruzeiro terão efeito favorável sobre as exportações brasileiras. No ano que se inicia, contudo, a receita em divisas vai depender de fatores que, na sua maioria, fogem ao controle das autoridades brasileiras. Ao que tudo indica, a economia mundial vai enfrentar mais um ano de crescimento econômico bastante moderado sobre o qual pesa, ainda, a ameaça de uma nova crise do petróleo. E, a menos que a tensão política internacional volte a desencadear um surto de especulação com matérias-primas, 1979 será, seguramente, um ano de expansão lenta do comércio entre nações. Os preços dos produtos agrícolas não deixarão de refletir essa conjuntura negativa e o mais prudente seria elaborar uma estratégia de exportação com base em expectativas de estabilidade ou queda moderada das cotações.

A essa altura, já se pode ter uma idéia aproximada dos excedentes exportáveis e das necessidades de importação no tocante aos produtos agrícolas. Isso permite um exercício, de caráter meramente exploratório, no sentido de procurar avaliar o que será, em 1979, a contribuição líquida da agricultura brasileira para o Balan-

ço Comercial do país. A seguir, são examinados os principais produtos agrícolas que são objeto de transações do Brasil com o exterior.

Açúcar

A receita cambial a ser obtida em 1979 com exportações de açúcar, dependerá fundamentalmente da ratificação, ou não, pelo Congresso Norte-americano, do Acordo Internacional. Caso as cotações permaneçam ao nível de 8 ¢/lb-peso, o valor das vendas brasileiras praticamente não se alterarão com relação a 1978. Mas se o Acordo passar a vigorar já em abril, e as cotações atingirem rapidamente os 11 ¢/lb que representam o preço de sustentação, as exportações poderão alcançar US$ 470 milhões. Essa possibilidade, contudo, é remota, pois os estoques mundiais de açúcar ainda são consideráveis. O mais provável é que a receita cambial fornecida pelo açúcar se iguale à do ano passado.

Algodão

As exportações brasileiras de algodão têm decrescido rapidamente nos últimos anos (v. Nota de Edição, Agroanalysis, vol. 3, nº 1). Em 1979, o Brasil corre o risco de ficar sem excedente exportável. Isso representaria uma perda de US$ 50 milhões em divisas. Apesar desse valor ser insignificante em relação ao total de divisas arrecadado com exportações pelo Brasil, o fato, em si, é reflexo de uma situação mais inquietante: o abastecimento da indústria têxtil nacional, que só vem sendo possível graças à redução gradativa das exportações de matéria-prima, terá que ser assegurado, daqui por diante, pelo crescimento da produção de algodão. Isso requer que a oferta de matéria-prima aumente de forma a atender à demanda de uma indústria voltada, ao mesmo tempo, para o atendimento de um mercado interno carente e para o aproveitamento das oportunidades de exportação. É possível mesmo que, este ano, o Brasil tenha que recorrer a importações de algodão para permitir que a indústria opere com certa folga.

Arroz

Até aqui, tudo indica que não será necessário importar arroz este ano. Em relação ao que ocorreu no ano passado, isso representaria uma economia de divisas da ordem de US$ 30 milhões.

Cacau

O excesso de oferta do produto no mercado internacional é estimado em 42 mil toneladas. A menos que os prejuízos causados pelas chuvas à safra principal brasilei-

ra se revelem de grande monta, a tendência é uma queda nas cotações internacionais. Em 1978, o Brasil exportou 230 mil toneladas de cacau (em termos de amêndoas) num valor de US$ 810 milhões. O preço médio da tonelada, naquele ano, foi de US$ 3.522. Uma estimativa otimista, para 1979, colocaria a receita em divisas obtidas com a venda de cacau em torno de US$ 900 milhões.

Café

Este ano será difícil alcançar os 2 bilhões de dólares com exportações de café, pois as cotações médias acham-se, atualmente, 55% abaixo, em termos nominais, dos valores observados no mesmo período de 1978. Uma política mais agressiva de vendas poderia, contudo, contrabalançar parcialmente o efeito da queda dos preços. Nesse sentido, as desvalorizações cambiais mais acentuadas talvez permitam ao Brasil recuperar a parcela de mercado que perdeu nos últimos anos. Supondo-se, para o café, um preço médio 30% inferior ao do ano apssado, a cifra de US$ 2 bilhões só poderia ser atingida com um volume exportado algo superior a 14 milhões de sacas. Isso significaria que, ao final da safra 79/80, os estoques do IBC continuariam anormalmente baixos. Ou seja, a política de maximizar a receita de divisas, a curto prazo, envolve o risco de não se ter café para vender na eventualidade de uma nova geada como a de 1975. Mas, mesmo que as exportações alcançassem os US$ 2 bilhões, isto ainda representaria US$ 300 milhões a menos do que no ano passado.

Carne

Na melhor das hipóteses, o país gastará, este ano, a mesma quantidade de dólares, com a importação de carne bovina, que dispendeu em 1978. O mais provável, é que o valor da fatura se eleve, em razão dos seguintes fatores:

1 — Os preços no mercado internacional tendem a se elevar;

2 — O rebanho brasileiro continua em fase de recuperação.

Milho

Por enquanto, parece que, em 1979, o Brasil não precisará importar milho, como ocorreu no ano passado. Para compensar os efeitos da seca de 1978, o país adquiriu 1,5 milhão de toneladas no exterior ao custo de US$ 200 milhões. Este ano, apesar da repetição da seca, a produção nacional provavelmente bastará para abaste-

cer o mercado interno, pois há sempre a possibilidade de que os preços mais elevados estimulem uma queda no consumo dentro das propriedades rurais, ampliando, assim, a quantidade do produto ofertada para comercialização.

Soja

Com relação à soja, as perspectivas, este ano, são um pouco melhores, pois a estiagem teve conseqüências menos sérias que em 1978. Desta vez, haverá disponibilidade de grãos para exportação e a venda de 1,1 milhão de toneladas já foi autorizada pela CACEX. Por outro lado, as cotações internacionais mostram uma certa tendência a se elevar em função das notícias de quebra da safra brasileira, o que contribuirá igualmente para aumentar a arrecadação de divisas em 1979. Pode-se estimar, com base nesses dois fatores, que a receita total com exportações de soja e derivados, este ano, ficará entre US$ 1,8 bilhão e US$ 1,9 bilhão, ultrapassando a de 1978 em cerca de US$ 300 milhões.

Trigo

As necessidades brasileiras de importação em 1979, deverão se situar um pouco abaixo das quantidades de trigo adquiridas no exterior no ano passado. Mesmo assim, como as cotações do produto se elevaram substancialmente desde então, o país deverá gastar aproximadamente o mesmo montante de divisas que em 1978, nas compras do cereal.

Com base nas considerações feitas anteriomente, é possível comparar as perspectivas para 1979, em termos de arrecadação líquida de divisas obtidas com as transações internacionais de produtos agrícolas, com a situação do ano passado, como é feito a seguir:

CONTRIBUIÇÃO LÍQUIDA DE CADA PRODUTO PARA A VARIAÇÃO TOTAL NA ARRECADAÇÃO DE DIVISAS EM RELAÇÃO A 1978.

	Em Milhões de US$
– Açúcar –	0
– Algodão –	– 50
– Arroz –	+ 30
– Cacau –	+ 90
– Café –	– 300
– Carne –	0
– Milho –	+ 200
– Soja –	+ 300
– Trigo –	0
RESULTADO LÍQUIDO:	+ 270

A cifra de US$ 270 milhões obtida acima, é resultado de especulações feitas com base em hipóteses plausíveis acerca do comportamento dos preços no exterior e do desenrolar das safras no Brasil. Apesar disso, aquele montante tem valor meramente indicativo, pois faz abstração, como não poderia deixar de ser, da influência, sobre o mercado de produtos agrícolas, de fatores de caráter imprevisível como, por exemplo, o aumento da tensão internacional decorrente da situação de conflito na Ásia, o impacto de uma possível desvalorização do dólar sobre o preço das matérias-primas e o resultado, ainda incerto, de uma série de negociações comerciais de âmbito mundial atualmente em curso. Mesmo assim, essa estimativa serve para mostrar que, em 1979, as esperanças de um equilíbrio (ou redução do deficit) no balanço comercial residem mais na nossa capacidade de expandir a venda de manufaturados e/ou de comprimir as importações do que propriamente na valorização de alguns produtos agrícolas. Inquieta, sobretudo, saber que os produtos agrícolas representam uma parcela importante da nossa receita de exportações e que o acréscimo de divisas arrecadadas por eles, em 1979, não bastará para compensar uma inflação mundial estimada em 10%. A perda de poder de compra para o país, daí decorrente, teria que ser contrabalançada por um maior volume exportado dos demais produtos e por uma elevação dos seus preços; resultado, esse, particularmente difícil de ser obtido num ano em que a economia mundial deverá crescer moderadamente.

Panorama Agropecuário

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Comportamento dos futuros
4º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

ATÉ: 05 / 03 / 79

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição real dos futuros 79 jan	79 mar	79 mai	79 jul	79 set	79 nov	80 jan	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters,	+15%	– 2%	8,40 (mar)			+3%			+9%		➡	Excedente mundial para 79/80 estimado em 7.0 milhões, dos quais 6,8 milhões em mãos dos membros do AIA, limitará a recuperação dos preços.
ALGODÃO 1-1/16"M-Memphis MERC.–N.YORK US¢/lb–peso Fontes: Reuters,	– 7%	+1%	62,13			+1%			0%		↘	Liquidação da safra 78/79 norte-americana e poucos contratos de compra para a safra vindoura são contrabalançados pela tendência altista dos metais preciosos.
CACAU BAHIA MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters,	– 4%	+6%	151,97 (mar)			+1%			+1%		➡	- Previsões de oferta superiores às do início do ano. - Indefinição sobre o preço mínimo a ser adotado com novo acordo.
CAFÉ SANTOS MERC. – N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters,	+63%	+3%	126,13 (mar)			– 1%			– 4%		➡	- Retração futura na demanda de café devido à queda dos descontos oferecidos pelo I.B.C. conjugada com a sustentação dos preços por parte dos países produtores.

*** Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.**

NOTA: Cotações no disponível de açúcar, cacau e café suspensas. Considera-se, então, o futuro 1ª entrega.

Panorama Agropecuário

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição real dos futuros 79 jan	79 mar	79 mai	79 jul	79 set	79 nov	80 jan	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters,	+3%	– 2%	232,61		+1%				+7%		↗	Ampliação do consumo interno de rações nos EUA, notadamente pela perspectiva de aumento na produção de suinos. Demanda crescente por parte do Japão, Europa Oriental e Países Asiáticos.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters,	– 18%	– 7%	742,00		+2%				– 9%		→	- Escoamento da produção norte-americana melhora devido ao degelo. - Ausência de novas informações sobre a quebra brasileira.
SOJA FARELO MERC. – CHICAGO US$/T. Fontes: Reuters,	– 15%	– 6%	197,83		0%				– 6%		→	Boa movimentação no mercado obscurece oferta recorde Sul-americana.
TRIGO SOFT RED MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters,	– 27%	– 5%	395,50		– 7%				– 19%		→	- Diminui a tensão no Sudeste Asiático - IWC deverá prorrogar o acordo de 1971 até 1980. - Expectativa de compras chinesas.

* Valores deflacionados pelo IPA norte–americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa–se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.

Panorama Agropecuário

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

A T É: 05 / 03 /79

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 5–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP	– 16%	+ 11%	501,60	→	Liberação do EGF ameniza repercussão baixista da entrada adiantada da safra meridional 78/79
ARROZ Amarelão-Est. Cen. MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	0%	+ 4%	552,75 **	↗	Preços do mercado varejista reajustados em 10%.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	+ 42%	– 3%	2.050,00	↗	Procura crescente de café para consumo interno aliada a uma menor disponibilidade do produto nas mãos dos atacadistas.
BOI GORDO – MERC. – Pres. Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA–SP	– 29%	– 2%	550,00	→	O aumento da oferta decorrente do período de safra contrapõe-se à fase cíclica de retenção de animais para a recuperação do rebanho.

* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV
** Produto tabelado

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

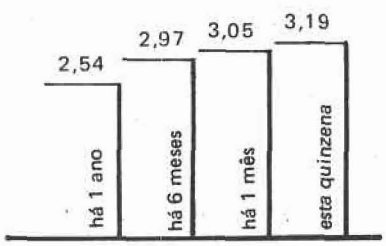
PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real* um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Preto Comum MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+6%	+3%	494,00	↘	Mercado paulista se desaquece em conseqüência das vendas de estoques da CFP as quais não deverão, contudo, afetar significativamente o mercado carioca de feijão preto.
FRANGO Abatido MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	– 10%	+16%	26,80	→	Expectativa de que o mercado se estabilize, dada a normalização no transporte interestadual Sul-Norte, e de que a demanda se recupere após o final das férias escolares.
MILHO Amarelo Semi-duro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+18%	+4%	130,00 **	→	Sem alteração
SOJA-GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	– 11%	– 6%	300,00	↗	Menor disponibilidade de grãos nos próximos meses provoca competição no setor industrial, para assegurar seu suprimento.

* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV

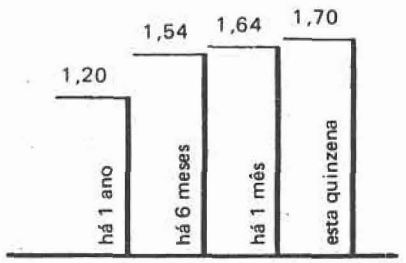
** Produto tabelado

MERCADO EXTERNO

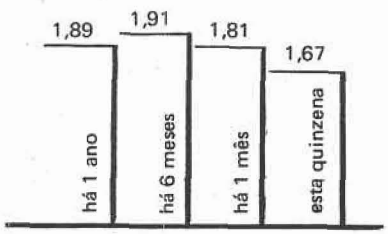
Soja / Milho



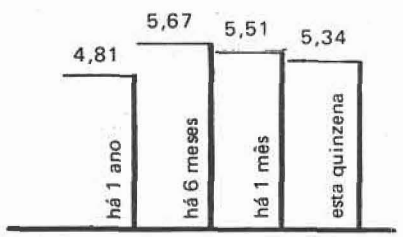
Trigo / Milho



Algodão / Soja



Algodão / Milho



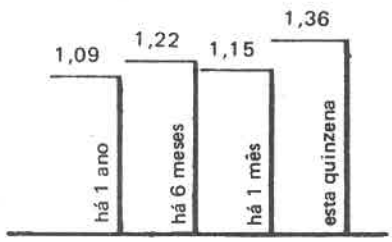
FONTES – Algodão: Reuters, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Reuters, Commodity Year Book.

NOTA: Verifica-se, nesta quinzena, uma elevação de 4,6% na relação de preços soja/milho, em comparação àquela de há 1 mês atrás. Tal fato é conseqüência de um maior aquecimento dos preços do complexo soja (devido às perdas ocorridas nas lavouras do Sul do Brasil), não obstante a alta de 2,8% registrada nos preços do cereal no período considerado. Deve-se ressaltar, por outro lado, que o preço relativo atual (3,19) é bem superior ao nível 2,50, considerado como ponto de indiferença entre plantar-se soja ou milho, nos EUA. *** Contrariamente à expectativa inicial, o preço relativo trigo/milho desta quinzena revela um ganho de 3,7% relativamente ao nível vigente há 1 mês. No mercado do trigo, os efeitos baixistas decorrentes da perspectiva de uma safra mundial abundante em 1979, e de mais um fracasso na negociação de um novo Acordo Internacional foram superados pelas dificuldades de escoamento da produção nos EUA, bem como pela demanda adicional pelo produto provocada pela instabilidade do dolar norte-americano. Destaca-se, contudo, a trajetória ascendente desse preço relativo desde há 1 ano. *** Continua em baixa (iniciada há 6 meses) a relação dos preços algodão/soja que, esta quinzena, apresenta uma redução de 7,7% comparativamente ao nível verificado há 1 mês. Para tanto, além da elevação dos preços da soja (7,0%), soma-se uma pequena queda nos preços do algodão, consubstanciada na menor demanda pelos tipos norte-americanos (o Japão, por exemplo, vem adquirindo quantidades do produto na América do Sul). Adicionalmente, o mercado do algodão tem sido afetado pela indefinição quanto ao nível do crescimento da área norte-americana para a próxima safra. *** Desde há 6 meses, também, o preço relativo algodão/milho se apresenta em baixa, reflexo das altas moderadas que vem-se verificando nos preços do milho na Bolsa de Chicago. A recuperação dos preços do cereal respalda-se na firmeza da demanda internacional, no elevado consumo interno de rações, nos EUA e na grande quantidade de grãos forrageiros vinculada ao programa de reserva, norte-americano.

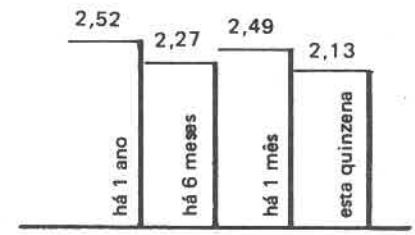
PREÇOS RELATIVOS

MERCADO INTERNO

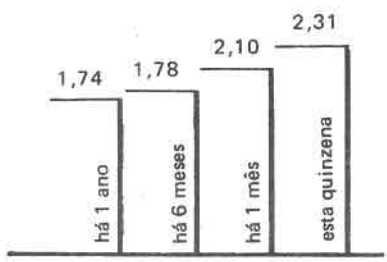
Boi Gordo
Frango Abatido



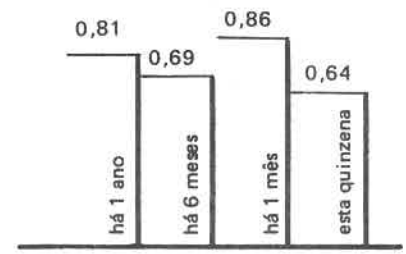
Frango Abatido
Ração Ave Corte



Soja
Milho



Feijão Preto
Feijão a Cores



FONTES – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Abatido e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agric. SP e APA. Feijão Preto, Feijão a Cores, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

*** A grande elevação (17,8%) registrada, esta quinzena, na relação de preços boi gordo/frango abatido, comparativamente à posição verificada há 1 mês, é resultante de uma ligeira alta (2,0%) no preço do boi gordo e de uma expressiva queda de preços do frango abatido (14,1%). Normalmente, os preços do mercado avícola de corte, sofrem, nesta época do ano, uma queda sazonal. Esta quinzena, entretanto, deve-se destacar, como um fator baixista adicional, a maior oferta de frangos em São Paulo, decorrente das dificuldades de escoamento da produção do Centro-Sul devido às enchentes que, até há pouco, ocorriam em alguns estados do país. *** A conjugação do aumento do preço da ração de ave de corte (3,9%) com o referido comportamento dos preços do frango, resultou, esta quinzena, numa diminuição de 14,5% no preço relativo frango abatido/ração. Daí decorre a grande compressão da margem de lucro dos avicultores, experimentada atualmente. Esta situação mostra-se totalmente oposta à registrada em 1978, a despeito da continuação, neste ano, do espectro de escassez de carne bovina que, normalmente, espalha reflexos altistas sobre todo o mercado de carnes substitutas. *** A quebra da safra brasileira de soja determinou a elevação de seus preços (5,9%) nesta quinzena relativamente à posição de 1 mês atrás). Por outro lado, o milho permanece, via tabelamento, cotado nominalmente a Cr$ 130/sc 60 kg. Nesse sentido, o preço relativo soja/milho atual revela-se superior, respectivamente, em 10,0% e 29,8% aos níveis vigentes há 1 mês e há 6 meses atrás. *** O aumento verificado na procura do feijão a cores paranaense por parte dos estados mais atingidos pelas más condições climáticas (principalmente Minas Gerais) causou imediato aquecimento nos seus preços. Esse fator explica, em boa parte, o decréscimo de 25,6% no nível da relação de preços feijão preto/feijão a cores, comparativamente àquele de há 1 mês.

Comentários

ALGODÃO

A QUEBRA ESTIMADA

A última previsão de quebra da safra 78/79 de algodão no estado do Paraná, em decorrência da estiagem, revelou uma produção 18% menor do que a inicialmente prevista. Assim, o estado, que pretendia colher 449.500 t de algodão em caroço, possivelmente não obterá mais do que 367.000 t. Em São Paulo, algumas regiões também foram levemente atingidas. Em Presidente Prudente, por exemplo — grande área produtora — a seca só afetou algumas delegacias, as quais apresentaram quebras superiores a 40%. Nas demais regiões, a perda foi bem menor. Neste sentido, presume-se que, para o estado como um todo, os prejuízos não ultrapassem 5%. Em Minas Gerais, o excesso hídrico praticamente não afetou a safra por estar a cultura em período normal de carência de umidade.

O ESTOQUE NÃO ALCANÇA SEU LIMITE SEGURO

De acordo com as considerações feitas acima, a safra meridional 78/79 de algodão em pluma, prevista antes da seca, em 350 mil t, se reduziria para 315 mil. Este número, adicionado à produção nordestina — 170 mil t — e ao "carry-over" da safra passada — cerca de 95 mil t (ver AGROANALYSIS nº 1, vol. 3), perfaria um suprimento de 580 mil t. Como se espera que a demanda do produto pela indústria têxtil em 1979 se situe no mesmo nível do ano passado, ou seja, 520 mil t (previsão dos empresários do setor), restariam, em excesso, 60 mil t, desconsiderando-se, aí, uma possível exportação de 50 mil t. Levando-se em conta que o consumo médio mensal se situa em 45 mil t, o excedente abasteceria a indústria no máximo por um mês e meio. Esta folga, entretanto, é normalmente considerada pequena para que a indústria opere com segurança, isto é, dispondo de algodão para pelo menos 3 meses de consumo. A folga de 135 mil t prevalecente ano passado, superior em mais de duas vezes à prevista para 1979, foi considerada no limite mínimo de segurança pelo setor industrial. Se levarmos em conta que o ano de 1978 não foi dos mais favoráveis e que neste exercício deverá ocorrer uma melhoria do setor, um excedente de apenas 60 mil t demonstra o grau de aperto por que passará o abastecimento da indústria têxtil.

HIPÓTESE DE ELEVAÇÃO NA DEMANDA NÃO É TÃO REMOTA

A situação ficaria ainda mais preocupante se o volume previsto para exportação fosse efetivamente colocado no mercado externo. Neste caso, restaria uma folga de apenas 10 mil t, ou seja 2% do consumo anual. Bastaria um aumento, neste percentual, da procura pela matéria-prima, para gerar escassez interna. Essa ocorrência aliás, não é de todo improvável. De um lado, porque os estoques de produtos têxteis finais reduziram-se ao seu nível normal desde a recuperação da procura interna durante o inverno passado; de outro, porque apesar do protecionismo europeu e norte-americano com relação à entrada de nossos têxteis em seus países, os empresários do setor vêem com bastante otimismo as exportações, em razão, sobretudo, da recente decisão governamental de acelerar as desvalorizações cambiais. Espera-se que essa medida mais do que compense a retirada paulatina dos subsídios. Há expectativa favorável, também, com relação às possibilidades de sucesso do Brasil na renegociação das quotas de exportação com os EUA.

Comentários

O QUE REVELA A RETRAÇÃO DO CONSUMO INTERNO

Ainda com relação ao mercado interno, as compras de algodão contratadas pela indústria têxtil para entrega em janeiro e fevereiro deste ano, revelam uma queda de quase 35%. Este indicador, entretanto, pode não significar um possível enfraquecimento da demanda. Mas, sim, um comportamento cauteloso por parte dos industriais no sentido de evitar uma alta vertiginosa dos preços que compras volumosas provavelmente acarretariam, face ao aperto atual na oferta da matéria-prima. Estão naturalmente jogando na expectativa de que com a entrada da safra meridional — março/abril — as condições de mercado melhorem. Outra explicação para tal comportamento é de que os primeiros meses do ano correspondem a uma menor demanda sazonal por parte da indústria. A aceleração da produção de têxteis começa em março.

GRAVOSIDADE INDICA O CAMINHO A SER TOMADO

Tendo em vista todos estes fatores, duas alternativas são colocadas. Ou o país importaria um montante que ao menos minimizasse o efeito de uma provável elevação de 2% no consumo industrial sobre o abastecimento, ou então renunciaria à exportação prevista de 50 mil t. No primeiro caso, suponhamos que se importasse o mesmo volume previsto para exportação, ou seja, 50 mil t. O algodão estrangeiro poderia ser adquirido de alguns países da ALALC, cujo produto paga direitos especiais de 14% sobre o preço para entrar no Brasil, enquanto o algodão de outros países é encarecido por uma taxação de 49%. Se a fibra, por exemplo, viesse do Paraguai, cujo algodão estava cotado na praça de Liverpool, em 19 de fevereiro, a 77,50 ¢ /lb-peso, a despesa seria de US$ 175 milhões. Exportanto, o país receberia em divisas US$ 174,6 milhões (ao preço de 77,00 ¢ /lb-peso), ou seja, não existiria nenhuma vantagem, nesse particular, em optar por exportar o excedente previsto. Além disso, se levarmos em conta os possíveis gastos na concessão do subsídio à exportação do produto, a renúncia à venda externa do algodão torna-se ainda mais aconselhável. E sem o subsídio, eliminado em 31 de dezembro de 1978, a exportação de 50 mil t ficará bastante difícil de se efetivar, ainda que a gravosidade — hoje girando em torno de 36% — tenda a se reduzir até a entrada da safra do Hemisfério Norte, em meados do ano. Neste período, é provável que os preços internacionais se recuperem, ainda que moderadamente, já que a procura interna e externa pelos tipos norte-americanos se encontra no momento enfraquecida, mas face à recente estimativa de elevação em 3,4% da área de plantio norte-americana, inferior à prevista pela primeira intenção de plantio, poderá ser novamente aquecida. Além destes fatores, existe a contínua desvalorização cambial que contribui para minimizar a gravosidade do produto brasileiro. Apesar disso, supondo que, pelos motivos apresentados, a gravosidade caísse para 30%, o algodão brasileiro ainda assim teria dificuldade em competir com os tipos estrangeiros.

RENÚNCIA À EXPORTAÇÃO É A MELHOR ALTERNATIVA

Em suma, caso se deseje que a indústria têxtil opere com certa folga em termos de suprimento de matéria-prima, a renúncia à exportação é a melhor alternativa quanto aos benefícios sociais. Isto não só porque a exportação do produto não acarretaria nenhum ganho líquido de divisas, como também porque a viabilidade das vendas externas implicaria dispêndio de elevado montante com subsídios.

Comentários

ARROZ

CONDIÇÕES CLIMÁTICAS ADVERSAS COMPROMETEM A SAFRA 78/79

O otimismo reinante em fins de 1978 com relação à produção da próxima safra brasileira de arroz, pouco a pouco vem se diluindo. A sucessão de problemas climáticos que, com intensidade variada, atingiu algumas das principais regiões produtoras do país, explica esta reversão de expectativas.

Em fins de novembro, a Comissão de Financiamento da Produção previa a colheita brasileira da safra 78/79 de arroz entre 8,8 e 9,5 milhões de t. O ponto médio deste intervalo representaria, se obtido, uma elevação de 23% em relação à quantidade produzida na frustrada safra 77/78, embora ainda inferior à colheita recorde de 75/76 (9,6 milhões de t).

ALGUNS PROBLEMAS DA SAFRA GAÚCHA...

Para o Rio Grande do Sul, previa-se uma elevação de área da ordem de 5 a 10%, o que possibilitaria uma produção entre 2,15 e 2,25 milhões de t. No entanto, a reduzida disponibilidade de água para irrigação à época da semeadura, bem como inundações que obrigaram ao replantio em algumas áreas e atrasaram a efetuação do plantio em outras, impediram que a esperada expansão de área se realizasse. A estiagem, que mais uma vez atinge os estados do Sul do país, vem reduzindo ainda mais o potencial de irrigação dos mananciais gaúchos. Adicionalmente, o menor nível de água destes mananciais obriga o orizicultor a incorrer em custos maiores de bombeamento de água.

... CUJAS CONSEQÜÊNCIAS FINAIS AINDA SÃO DESCONHECIDAS

Uma estimativa de quebra da safra gaúcha é, no entanto, ainda prematura. Se, por um lado, alguns agricultures das regiões onde a situação é mais grave, já optaram por não mais irrigar parte de suas áreas, objetivando assegurar água suficiente para as quadras restantes de arroz, por outro, uma insolação maior, algum tempo antes da colheita, deverá aumentar a produtividade do arroz. Há poucos dias, verificaram-se chuvas em quase toda a extensão do estado. Se a situação climática se normalizar, ocorrendo precipitações suficientes até fins de fevereiro e o tempo voltar a se firmar à época da colheita, ainda será possível a obtenção de um elevado rendimento e de uma safra poucas toneladas abaixo dos níveis inicialmente previstos.

A SAFRA PARANAENSE JÁ ESTÁ COMPROMETIDA EM 47%

No Paraná, entretanto, não será mais possível a recuperação da atual safra de arroz. Segundo levantamento recente, realizado pela Secretaria da Agricultura do estado, a produção, inicialmente prevista em torno de 841 mil t, deverá reduzir-se para 446 mil t. No entanto, esta quebra não deverá, isoladamente, comprometer o fornecimento às cidades normalmente abastecidas com arroz paranaense, uma vez que grande parte da produção do estado destina-se ao auto-consumo de pequenos produtores rurais. Evidentemente, a substituição do consumo de arroz que estes

lavradores realizarão, contribuirá para minimizar a redução dos embarques do produto para os centros urbanos. A despeito deste fato, alguma pressão, reduzida que seja, sobre os preços internos do Paraná, advirá da quebra prevista, requerendo, portanto, atenção especial das autoridades no que tange à disponibilidade e aos preços do produto.

Atenção especial também requererá o orizicultor paranaense, vítima, por dois anos consecutivos, de intempéries climáticas. A despeito dos objetivos antiinflacionários e do reduzido poder de barganha do pequeno lavrador junto às autoridades do estado, será necessário conceder estímulo extra ao orizicultor atingido pela seca, de forma a impedir redução significativa da produção paranaense em safras vindouras.

ABASTECIMENTO INTERNO EM 1979 PODERÁ SER PREJUDICADO

À quebra esperada da safra paranaense, soma-se a diminuição em 200 mil t da colheita gaúcha (—9% comparativamente à previsão inicial) como evento capaz de reduzir a esperança de normalização do abastecimento interno em 1979. Partindo-se do ponto médio da previsão de produção da CFP, realizada em novembro/78 (9,15 milhões de t), a quebra de safra dos dois estados sulinos deverá reduzir a produção brasileira para algo em torno de 8,55 milhões de t. No início de 1978, os estoques oficiais de arroz situavam-se em torno de 950 mil t e a produção brasileira atingiu 7,4 milhões de t. A disponibilidade interna teve ainda de ser complementada pela importação de 115 mil t de arroz, perfazendo-se portanto, uma disponibilidade total de cerca de 8,5 milhões t. Apesar da elevação dos preços do arroz verificada em 1978 (53%), é provável que o consumo interno tenha-se expandido, tendo em vista o aumento populacional, o crescimento urbano, e a elevação dos preços dos demais produtos agrícolas. Desta forma, uma disponibilidade interna inferior a, pelo menos, 8,5 milhões de t até março de 1980, redundará fatalmente em preços crescentes ou em realização de importações, uma vez que os estoques oficiais deverão estar praticamente esgotados em março próximo.

Assim, um abastecimento interno de arroz, em 1979, menos conturbado que o ocorrido no passado, dependerá, por um lado, do andamento da safra das demais regiões produtoras (algumas das quais já apresentam pequenos comprometimentos) e da evolução da situação climática nos estados sulinos; por outro lado, da agilidade das autoridades da área agrícola em recorrer tempestivamente ao mercado internacional, se necessário, e em contornar eventuais problemas de estoques especulativos.

Finalmente, é bom lembrar a conveniência de que a ação governamental se processe no quadro de uma política agrícola que contemple um horizonte bem amplo. Nesse sentido, seria preciso evitar, sobretudo, que as políticas de curto prazo comprometessem as intenções de plantio da próxima safra.

Comentários

CAFÉ

IBC REVISA ESTIMATIVA DA SAFRA BRASILEIRA...

As recentes estatísticas liberadas pelo IBC, quanto à safra cafeeira 1979/80, dão margem a que se teçam algumas considerações a respeito da receita cambial brasileira proveniente das exportações de café para o ano de 1979.

Os dados divulgados revelam que a safra esperada para 1979/80 é da ordem de 21,3 milhões de sacas de 60 kg, cifra até certo ponto surpreendente, se considerarmos que, à época da última geada, agosto de 1978, previam-se quebras variando entre 30% e 37%, reduzindo então a safra brasileira a cerca de 15,6 milhões de sacas, após uma estimativa inicial de 24,3 milhões de sacas.

... E SURPREENDE O MERCADO CAFEEIRO

As previsões para a safra brasileira, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, USDA, inicialmente eram de 24 a 26 milhões de sacas, tendo sido posteriormente avaliadas entre 18 e 21 milhões de sacas. Deve-se observar que pela primeira vez as estimativas do IBC ultrapassam as do USDA, o qual tradicionalmente tende a superestimar a oferta mundial do produto.

Dada a atual conjuntura baixista no mercado internacional, parece claro que o IBC, superestimando a safra brasileira, pode acentuar esta tendência declinante dos preços, acelerando a entrada em vigor do sistema de quotas de exportação. Resta saber se este mecanismo será suficiente para equilibrar o mercado a um nível de preços, não só compensador para os produtores brasileiros, como também capaz de propiciar uma receita cambial adequada, uma vez que se trata do principal gerador de divisas de nossa pauta de exportações.

MERCADO EM BAIXA AMEAÇA A RECEITA CAMBIAL ESTE ANO.

Em 1978, o Brasil obteve com as exportações de café US$ 2.305.458.000, tendo sido exportadas 12.625.473 sacas de 60 kg, o que significa que o preço médio da tonelada exportada foi da ordem de US$ 3.100, ou seja, US$ 1,4/libra-peso. Admitindo-se que o volume exportado em 1979 seja igual ao do ano anterior, para que o Brasil obtenha a mesma receita de 1978 em termos reais, considerando uma queda no valor do dólar de 10%, o preço médio do corrente ano deverá ser da ordem de US$ 1,52/libra-peso, ou seja, US$ 3.340/tonelada, gerando uma receita de cerca de US$ 2,53 bilhões.

Embora estes valores estejam próximos aos verificados ao longo de 1978, as perspectivas para este ano não se mostram tão favoráveis. Nestes dois primeiros meses a tendência dos preços tem sido de baixa, e não se notam sinais de uma recuperação a curto prazo, devendo-se ressaltar que as cotações médias, em termos nominais, encontram-se 55% abaixo das observadas no mesmo período do ano anterior.

MAS INQUIETANTE, MESMO, É A CONSTANTE PERDA DE MERCADO

Outro aspecto que merece ser considerado é a contínua perda de participação brasileira no mercado mundial do produto, a qual vem-se delineando há longo tempo (44,9% em 1953 e 21,5% em 1977) sendo que, a partir de 1975 de forma mais acelerada, o que significa dizer que, se por um lado as geadas tiveram o efeito de, a curto prazo, elevar os preços, a médio prazo, reduzindo a oferta, resultaram em perda de mercados para o Brasil.

Dado este panorama, verifica-se a necessidade da imposição de uma política mais agressiva por parte das autoridades governamentais a fim de compensar, via expansão de mercado, a queda no preço do produto.

CARNE

RECURSOS INSUFICIENTES PARA A FORMAÇÃO DO ESTOQUE OFICIAL

Em 1979, o governo pretende destinar Cr$ 8,5 bilhões para a estocagem de carne, o que representa crescimento nominal de 54,5% em relação a 78, quando, segundo os números oficiais,estocaram-se147,7 mil t do produto. Esse percentual de acréscimo parece insuficiente para atender às necessidades do abastecimento na entressafra, pois o preço da arroba do boi gordo evoluiu de Cr$ 267,30 em janeiro/78 para Cr$ 516,20 em dezembro/78 (preço médio mensal para o Estado de São Paulo), ou seja, subiu 93% em termos nominais. Já no ano passado, a estocagem ficou bem abaixo das intenções iniciais, em função da defasagem do preço de referência em relação ao preço de mercado.

PREÇO DE AQUISIÇÃO DA COBAL PERMANECE INFERIOR AO DE MERCADO.

Para 1979, por acordo entre os frigoríficos e o governo, a aquisição será feita na base de Cr$ 40,00 por kg de traseiro e Cr$ 25,00 por kg de dianteiro, preços, estes, ainda abaixo das atuais cotações de mercado. A prorrogação do prazo de pagamento da dívida dos frigoríficos junto à COBAL, foi concedida em troca do compromisso de venda de carne para a constituição de estoques por parte do governo. Essas aquisições, contudo, não devem ultrapassar os números de 78. Restaria, como forma de constituir um estoque superior ao do ano passado, o recurso às importações.

IMPORTAÇÃO: ALTERNATIVA PARA A CONSTITUIÇÃO DO ESTOQUE OFICIAL.

Em termos de divisas, isso pode representar US$ 130 milhões, se as compras, em torno de 100 mil t, forem transacionadas a US$ 1.300/t. Um provável aumento na quantidade e a atual conjuntura altista no mercado externo podem, contudo, elevar esta cifra.

Comentários

FEIJÃO

REVISTOS OS NÚMEROS DA SAFRA DAS ÁGUAS

Os primeiros números relativos à safra brasileira 78/79 de feijão não confirmaram as expectativas traçadas no início de janeiro, quando a CFP estimava a colheita do feijão das águas em 1,25/1,35 milhão de toneladas (portanto, entre 7,8 e 16,4% superior àquela obtida em 1978).

O Sul do país, como um todo, não chegou a sofrer significativo prejuízo com a estiagem que assolou a região à época da colheita do produto. A título de ilustração, Santa Catarina beneficiou-se, mesmo, com o tempo seco, que facilitou o trabalho de colheita, com o estado produzindo 160 mil t nesta safra (42% acima da quantidade obtida em 1978).

Por outro lado, o Paraná, tradicionalmente o maior produtor brasileiro de feijão das águas, colheu um total de 403,2 mil t e não as inicialmente previstas 504 mil t, uma vez que as geadas e a estiagem ocorridas, no estado, respectivamente, em agosto e setembro/outubro do ano passado, prejudicaram a formação de grãos da leguminosa, fazendo cair o rendimento médio esperado, que era de 750 kg/ha, para 611 kg/ha.

Um balanço geral que incluísse tanto as conseqüências das quebras quanto o acréscimo de produção registrado em algumas áreas, situaria a produção de feijão das águas do país, em 1979, pouco acima de 1,21 milhão de t. Ou seja, uma frustração média de 6,8% em relação à estimativa anterior. No entanto, este número ainda é 4,3% superior ao obtido na primeira safra de 78 (1,16 milhão t), uma vez que o rendimento médio em algumas áreas, tais como São Paulo e no oeste colonial catarinense, atingiu níveis bastante altos (650 kg/ha e 100 kg/ha, respectivamente), servindo para compensar, pelo menos parcialmente, perdas como aquela ocorrida em Minas Gerais, onde as enchentes chegaram a inutilizar mais de 32 mil t do produto.

FEIJÃO PRETO, O MAIS PREJUDICADO

No que tange ao feijão preto, especificamente, as quedas havidas na produção das águas tanto do Rio Grande do Sul quanto do Paraná, certamente terão acarretado diminuição da participação desta variedade no total da safra, que, em janeiro, era prevista em 41%, o que deverá elevar os preços deste produto nos grandes centros consumidores. Adicionalmente, os estoques oficiais de feijão, que situam-se, atualmente, em torno de 35/36 mil t, são formados, quase que na sua totalidade, pelas variedades de cores.

Por outro lado, o pré-EGF vem, em grande medida, atingindo seus objetivos nos maiores centros cooperativistas brasileiros produtores de feijão, atuando de modo não só a diminuir a intermediação como também dando meios ao governo para melhor gerir os estoques formados pelas cooperativas. Destarte, é possível que este

programa consiga, pelo menos em parte, amenizar os tradicionais problemas de abastecimento de feijão em grandes centros urbanos, além de prover as autoridades com um meio eficiente de evitar indesejáveis elevações de preços.

COMPRAS BRASILEIRAS DE FEIJÃO, EM 78: AQUÉM DAS NECESSIDADES INTERNAS

Com respeito às compras externas do produto, em 1978, a CACEX autorizou a importação de 17,2 mil toneladas de feijão (US$ 6,1 milhões FOB), uma vez que a produção nacional das duas safras, tendo somado 2,19 milhões de t, provou ser insuficiente frente a uma demanda que, ultimamente, vem girando em torno de 20 kg per capita/ano. É evidente, contudo, que, mesmo levando-se em conta estas aquisições no exterior, grande parte da procura varejista interna ainda permaneceu insatisfeita. Outra não teria sido a razão da liberação de importações de até 30.000 t, em junho daquele ano, e que não chegou a se verificar única e exclusivamente devido à falta do produto no mercado internacional.

IMPORTAÇÕES EM 79: AINDA UMA INCÓGNITA

Desta forma, a necessidade de voltarmos a importar feijão em 79 ainda permanece indefinida, uma vez que as notícias relativas ao plantio da safra das secas não nos permitem, ainda, determinar se seu volume chegará a totalizar as 1,19 milhão de t necessárias em complementação à safra das águas para que o consumo interno seja plenamente satisfeito. A título de ilustração, sabe-se, no entanto, que Minas Gerais, tradicionalmente o maior produtor da safra das secas, pretende totalizar uma área cultivada em torno de 330 mil ha, o que, com a produtividade média obtida no estado em 78 (497 kg/ha), poderá gerar uma produção total de 164 mil t (2,2% a mais do que o obtido naquele ano). Este número, no entanto, não poderá ser confirmado antes de abril, quando se inicia a colheita desta safra naquele estado.

Levando-se em consideração que a segunda safra tende a representar em torno de 50% da produção nacional de feijão e que as últimas notícias obtidas junto às maiores áreas feijoeiras acusam um otimismo generalizado em relação ao andamento do plantio (a despeito de um certo atraso no Sul, motivado pela seca), reaviva-se a esperança de que os números, afinal, cheguem a garantir o suprimento da demanda interna do produto, o que não só seria benéfico do ponto de vista do atendimento fácil à população como também da economia de divisas.

No entanto, nada de concreto pode ser afirmado sobre a normalização do abastecimento interno, em 1979, antes de se conhecerem, pelos menos, os primeiros resultados relativos à colheita da 2ª safra de feijão.

Comentários

LEITE

O RISCO NA PRODUÇÃO LEITEIRA.

A produção leiteira, ainda que em menor grau que outras atividades agropecuárias, também é afetada por condições climáticas desfavoráveis. Enquanto a seca diminui o potencial nutritivo das pastagens, chuvas excessivas podem tornar instransitáveis as estradas vicinais por onde é escoada boa parte da produção e reduzir a oferta de leite para os consumidores. Situação agravada pelo fato de ser o produto altamente perecível e o armazenamento a nível de propriedade bastante oneroso. Em Minas Gerais, por exemplo, as enchentes que inundaram parte do estado estão diminuindo o volume de leite recebido pelas usinas.

A QUESTÃO DO ABASTECIMENTO

A complicar o problema do abastecimento de leite, há, ainda, a marcante sazonalidade da produção, exigindo que se concentre o processamento da matéria-prima na primeira metade do ano, a fim de formar estoques para a entressafra. Uma das maneiras de superar essa dificuldade, é a adoção de uma tecnologia apropriada no período de entressafra, principalmente o arraçoamento dos animais, fazendo com que a produção leiteira se distribua melhor ao longo do ano. No Brasil, optou-se, até aqui, pela estocagem do excedente de safra, em detrimento da difusão das técnicas de alimentação na entressafra, embora esse segundo sistema pudesse contribuir para um melhor aproveitamento da capacidade de beneficiamento das indústrias.

A REMUNERAÇÃO DO PRODUTOR

Para que se tenha uma idéia clara das conseqüências de cada uma das opções mencionadas acima sobre a remuneração do produtor rural, é bom distinguir a estocagem cuja finalidade é a regularização do abastecimento ao longo do ano, daquela que visa à formação de reservas estratégicas (o "carry-over") destinadas a serem comercializadas apenas quando a oferta se reduz de forma drástica e inesperada. É a estocagem do primeiro tipo que pode ser substituída, com vantagem, por técnicas de alimentação mais adequadas durante a entressafra.

No sistema atual, o poder de negociação dos produtores na época de safra é relativamente pequeno pois, como já foi assinalado, o produto é altamente perecível e a sua estocagem, a nível do estabelecimento rural, excessivamente cara. As usinas, em conseqüência, pagam o preço da tabela apenas para um volume de leite equivalente à produção média da entressafra e compram o restante a preço inferior. Na safra de 1978, por exemplo, o valor médio pago pelo leite entregue além da quota foi de Cr$ 2,98, abaixo, portanto, do preço de tabela (Cr$ 3,80 até julho e Cr$ 4,16 daquele mês em diante). Essa situação é agravada pelo alto grau de concentração industrial que existe no processamento de leite em pó e pela dificuldade de um controle físico dos estoques por parte do governo; este, agindo apenas como financiador, deixa ampla liberdade às indústrias na sua política de estocagem. Nestas condições, a constituição de estoques acaba sendo feita às custas da

remuneração do produtor. Na entressafra, por outro lado, o pó reidratado diminui a demanda ao nível do estabelecimento rural e a falta de mercado desestimula os pecuaristas e constitui empecilho adicional ao desenvolvimento de técnicas de alimentação do rebanho na seca.

FUGIR AO CÍRCULO VICIOSO

Para fugir a esse círculo vicioso, seria preciso incentivar a difusão e a redução dos custos das técnicas de arraçoamento mais indicadas para o período de entressafra. Isso teria a vantagem de diminuir as flutuações da renda do pecuarista durante o ano e de acarretar uma melhor utilização da mão-de-obra nos estabelecimentos rurais. Um outro benefício seria a redução dos riscos inerentes à atividade leiteira que adviria da distribuição mais uniforme da produção ao longo do tempo. As inundações que afetaram alguns dos principais produtores do país servem para ilustrar esse último argumento. Ainda que as enchentes em Minas Gerais não representem uma ameaça imediata para o abastecimento de leite pasteurizado, elas podem acabar comprometendo a estocagem para o período de entressafra.

MILHO

A ESTIAGEM E AS IMPORTAÇÕES

Neste ano, a quase que repetição do prolongado período de estiagem que assolou os campos do Centro-Sul em 1978 traz à tona a necessidade de aproveitar, desde já, a experiência adquirida no passado, para adequar os mecanismos de política agrícola à solução dos problemas crônicos ligados ao abastecimento dos produtos predominantemente de consumo interno.

O caso do milho bem ilustra tal premência. De uma posição de exportador eventual (ao redor de 2% do comércio mundial no período 1974-77) o Brasil, ano passado, passou a fazer parte do rol dos países importadores do cereal. Assim, para a aquisição de 1,5 milhão de t foram dispendidos cerca de US$ 200 milhões que, adicionados ao montante de subsídios (Cr$ 66/sc 60 kg) destinados à comercialização do produto importado ao nível do tabelamento, representam um gasto total de aproximadamente US$ 280 milhões. Pode-se considerar uma parcela desse dispêndio como desperdício de recursos, na medida em que a causa da frustração da safra passada não derivou tão somente das adversidades do clima.

Comentários

A REDUÇÃO DO PLANTIO E SUAS CAUSAS

Com efeito, segundo as estatísticas oficiais, a área semeada com milho para a safra 77/78 teria diminuído em 8,5% relativamente à temporada anterior. Tal decréscimo (1,0 milhão de hectares), concentrado na região Centro-Sul, representa um potencial de produção em torno de 1,9 milhão de t. Mesmo considerando-se a redução na produtividade decorrente da estiagem, tal área, se efetivamente cultivada, teria fornecido uma produção pelo menos equivalente à quantidade importada pelo país em 1978.

As causas dessa redução no plantio repousam, estruturalmente, nos rumos assumidos pela política agrícola brasileira. Assim, destacam-se, entre outros fatores, a pequena atratividade da política de preços mínimos, a redução do montante dos créditos oficiais de custeio e o difícil acesso aos pequenos produtores (responsáveis por significativa parcela da produção total de milho) a esse tipo de financiamento. Somam-se, ainda, os problemas derivados da gerência dos estoques governamentais que, com liberações à época do plantio, acabam por afetar negativamente a intenção de plantio dos produtores, bem como a constante ameaça do controle de preços, via tabelamentos.

1979: OTIMISMO INICIAL...

A despeito do forte estímulo resultante dos altos preços praticados em 1978 (apesar do tabelamento do produto) já se podia considerar muito otimista a previsão inicial de 20 milhões de t para a safra 78/79 (vide Agroanalysis vol. 2 — nº 20). Agora, para o seu completo delineamento, resta avaliar os prejuízos causados pelas recentes adversidades climáticas.

... E A NOVA CRISE NO ABASTECIMENTO

Muito embora não se disponha de avaliações de safras definitivas e apesar das informações disponíveis revelarem-se até mesmo contraditórias, pode-se traçar um quadro de efetivo aperto no abastecimento do cereal. Contudo especulações quanto a uma eventual necessidade de importação devem ser examinadas com cautela, na medida em que, nas condições atuais, os efeitos psicológicos normalmente tendem a ampliar a gravidade da dimensão real dos fatos.

Por certo, as perdas desta temporada não atingirão as cifras verificadas em 1978, dado que a ausência de chuvas deu-se notadamente no sul do país. Permanecem, assim, as previsões de boas colheitas em Minas Gerais, Goiás e São Paulo, contrariamente à expectativa reinante há um ano atrás.

No entanto, a situação tenderá a se agravar caso a produção brasileira não alcance, pelo menos, o nível do consumo do ano passado (16,5 milhões de t). Com a configuração de uma safra de tal ordem, o abastecimento interno ficaria na dependência de que os preços de mercado estimulassem uma queda no consumo dentro das propriedades rurais, ampliando, assim, a quantidade do produto ofertada para comercialização. Deve-se considerar, também, o incentivo à utilização de produtos sucedâneos do milho (sorgo, farinha de mandioca integral etc.) na formulação de rações.

Portanto, a semelhança do ano passado, a demanda potencial pelo produto não estará satisfeita, considerando-se, sobretudo, o expressivo crescimento do mercado de rações em resposta à crescente produção de animais de pequeno e médio portes. Não se descarta, contudo, que o governo recorra a pequenas importações para a formação de um estoque estratégico, como forma de tentar conter efetivamente a pressão exercida pelos preços do cereal sobre o Índice de Preços por Atacado, papel que até agora vem sendo desempenhado pelo tabelamento.

SITUAÇÃO MAIS GRAVE NO SUL

Os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, cujas perdas são mais expressivas relativamente às suas demandas, encontrarão maiores dificuldades em suprir as suas necessidades. Para tanto, o Paraná, apesar de uma quebra de produção prevista em 550 mil t, deverá desempenhar importante papel para contrabalançar parte do deficit daqueles estados. Nesse sentido, parece conveniente examinar-se a possibilidade de eliminar as barreiras tributárias impostas em 1978 por alguns estados produtores, como forma de facilitar o suprimento das áreas mais afetadas pela estiagem. Tal medida, por outro lado, ao incentivar o escoamento da produção, viria a garantir uma melhor remuneração aos agricultores já que, em algumas regiões do Paraná, têm-se comercializado o produto a preços inferiores ao mínimo de referência.

SOJA

BREVE HISTÓRICO . . .

Nos últimos anos a soja tem sido o produto mais dinâmico de nossa agricultura, suprindo, com sua rápida expansão, as necessidades do abastecimento interno e participando crescentemente de nossa pauta de exportações.

DA EXPANSÃO DA SOJA NO BRASIL

A conquista de parcelas significativas do mercado mundial da leguminosa e de seus derivados por exportadores localizados no Brasil, foi grandemente facilitada pelo fato de que a oferta brasileira se alterna à do maior produtor mundial, os EUA, em razão da localização geográfica do país. Após o ano comercial da soja em grãos norte-americana, iniciado em 1º/9 (para os derivados inicia-se em 1º/10) sucede-se o ano comercial brasileiro, cujo ponto de partida situa-se em 1º/3, durante a entressafra daquele país.

Auxiliado por essa alternância e encontrando boa receptividade no ativo mercado internacional de oleaginosas, no qual os fatores componentes da demanda permitiriam a existência de dois grandes ofertantes, o cultivo da soja espalhou-se rapidamente pe-

los campos brasileiros. Da produção de 1,05 milhão de tonelada em 1969, alcançou-se 12,5 milhões de tonelada em 1977. A repetição, este ano, da estiagem nas zonas produtoras da leguminosa, no Sul do Brasil, poderá permitir a 1977 manter o recorde da produção de soja no país.

E OS ACONTECIMENTOS DE 1978

No entanto, deve-se evitar a repetição de erros que poderiam ser motivados pelo temor de uma quebra vultosa. No ano passado, a precipitação em relação aos danos da estiagem motivou um prematuro fechamento dos registros de exportação de óleo (3.3.78), seguindo-se a obrigatoriedade de autorização, pela CACEX, do registro das vendas ao exterior de farelo e de óleo. A proibição das vendas com preço a fixar e a posterior fixação de limites para as exportações de grãos e farelo se, por um lado, asseguraram o fornecimento ao mercado interno, por outro lado, impediram as vendas no momento mais propício, quando vigoravam cotações mais elevadas. As liberações posteriores — no caso do farelo, a quota inicial de 3,8 milhões de tonelada foi amplamente superada — depararam com um mercado menos atraente.

PERSPECTIVAS PARA 1979

Em função dos reveses climáticos, iniciados com as fortes chuvas de novembro no Rio Grande do Sul, e agravadas com a estiagem, interessa avaliar a situação, em termos de abastecimento interno e de receitas de exportação.

Em relação ao sistema que vigorou no ano passado, as medidas de garantia ao abastecimento doméstico via estabelecimento de quotas para atendimento à demanda interna por derivados oferecem maior flexibilidade aos exportadores, na busca de colocação lucrativa para seus produtos no exterior. Contudo, mesmo os primeiros números da quebra começam a pesar sobre os cálculos da oferta brasileira.

Há pouco, acreditava-se que o setor industrial receberia, pela primeira vez, quantidade superior a 10 milhões de toneladas para esmagamento. Tal volume levaria a uma produção ao redor de 8 milhões de tonelada de farelo e de 1,8 milhão de tonelada de óleo, talvez mais, pois o teor de óleo dos grãos nesta safra parece ser maior, o que representaria exportações de farelo superiores a 6 milhões de toneladas e de óleo próximas a 700 mil toneladas. No momento, porém, começa-se a admitir uma disponibilidade pouco superior a 9 milhões de toneladas de grãos para esmagamento, o que ampliaria ainda mais a ociosidade do setor, capaz de processar 16 milhões de toneladas.

Até agora, o que se conhece da amplitude dos danos causados pela seca não invalida as expectativas referentes à exportação dos derivados. Contudo, as vendas externas do grão não lograrão alcançar as esperadas 2 milhões de toneladas, podendo, até mesmo, resumir-se às 1,1 milhão de toneladas, já autorizadas pela CACEX.

Igualmente precárias serão as projeções da provável receita advinda das transações com o complexo soja. Todavia, a título de aproximação, os valores recém-divulgados

pelo USDA em sua revisão das *Supply x Demand Estimates* prestam-se a um exercício de avaliação. Deste modo, utilizando-se os preços médios revistos por aquele órgão norte-americano, para vigência durante o ano comercial 78/79, pode-se estimar a receita dos três componentes do complexo.

As alterações feitas na projeção dos preços afetaram o grão e o óleo, cujas cotações foram elevadas, respectivamente, de US$ 235/t para US$ 239/t e de US$ 550/t para US$ 573/t. O preço do farelo foi mantido. Aplicando-se estes valores às expectativas de exportações brasileiras, temos que o farelo chegará próximo a US$ 1,2 bilhão, o óleo superará ligeiramente US$ 400 milhões e o grão atingirá US$ 263 milhões. A receita total do complexo estaria, assim, entre US$ 1,8 e US$ 1,9 bilhão ultrapassando a de 1978, mas mantendo-se abaixo da de 1977.

"SITUAÇÃO BRASILEIRA" MODIFICA PREVISÕES NOS EUA

Não só os preços médios foram alterados pelo USDA. A "situação brasileira" levou-o a rever, em 9/2, diversos pontos das *S x D Estimates* publicadas em 26/1. Entre eles:

- aumentou-se o total das exportações norte-americanas de soja em grãos em 408,3 mil t, atingindo um total de 21,095 milhões de toneladas;
- a previsão com relação ao estoque remanescente, em 31/8/79, reduziu-se de 4,355 milhões de t, para 4,083 milhões de t, enquanto que o estoque em 1º/9/78 foi confirmado ao nível de 4,382 milhões;
- aumentou-se a produção, as exportações e os estoques remanescentes de óleo de soja, respectivamente, em milhões de toneladas, de 4,90 para 4,95, de 0,82 para 0,84 e de 0,47 para 0,48.

Apesar de ainda descrentes em relação à estimativa da CACEX, de 11 milhões de t, a rápida revisão do relatório anterior demonstra a preocupação dos americanos quanto ao posicionamento do Brasil, seu maior concorrrente no setor, e serve para aquecer as cotações no final da comercialização de sua safra recorde (50,08 milhões de t).

E A SOJICULTURA NORTE-AMERICANA?

Registre-se que, ainda antes das primeiras estimativas de pesados danos à produção brasileira, empresas privadas norte-americanas previam que a área plantada de soja naquele país poderia igualar, em 1979, a área colhida do milho (68,1 milhões de acres). Para tanto, um incremento de 5,75% no plantio seria suficiente, efetuando-se mediante ocupação de áreas do milho, arroz e algodão. Apesar de parecer difícil a repetição do rendimento excepcional de 1977 (2.060 kg/ha, contra 1.960 kg/ha em 1978) uma área tão extensa implicaria um crescimento significativa de oferta na próxima estação, sobretudo, se a motivação dos agricultores norte-americanos para o plantio da soja aumentar até o período de semeadura, em função de cotações para a leguminosa, maiores do que o esperado.

Comentários

Não só a divulgação de ambiciosas intenções de plantio dos fazendeiros dos EUA contribuirá para o futuro recuo das cotações. A parcela que faltar na oferta brasileira ao mercado mundial será suprida pelos incrementos já registrados nas produções argentina e paraguaia.

Como novo fator positivo, do lado da demanda, surge a redução da safra soviética de girasol, já vista como inferior a 6 milhões de t, o que obrigará a URSS a adquirir quantidades de soja superiores às do ano passado para aproveitar a sua capacidade de esmagamento.

TRIGO

DISCUSSÕES DO ACORDO: NOVO FRACASSO

O novo fracasso nas negociações para a substituição do Acordo Internacional do Trigo, de 1971, não foi, de modo algum, inesperado. As divergências entre e (intra) blocos de países, que levaram ao encerramento das reuniões sem um texto final para o pacto e adiaram indefinidamente a solução do problema, já eram conhecidas há algum tempo.

POSSIBILIDADES DE REDISCUSSÃO . . .

Há possibilidades, contudo, de reinício das discussões no mês de maio, em Manilha, na reunião da UNCTAD. Até lá, prosseguirão os debates do GATT, em Genebra, cujas negociações multilaterais, ao contrário do que se chegou a pensar, não foram prejudicadas pela inexistência de um Acordo do Trigo.

. . . IMPROVÁVEIS

Mas, provavelmente, a solução não sairá de nenhum desses dois foros. Na reunião de Manilha, ocorrerá novo confronto entre o mundo industrializado e os países exportadores de matérias-primas. O trigo, majoritariamente cultivado em terras do primeiro, dificilmente figurará com destaque, no âmbito da UNCTAD. Em Genebra, por outro lado, a experiência passada mostrou que as *multilateral trade negociations* prescindem da presença dos problemas do cereal para continuarem.

A CRIATIVIDADE DOS EXPORTADORES

Diversas alternativas são imaginadas no lado dos produtores-exportadores, maiores interessados no Acordo (vide Agroanalysis, vol. 3, nº 1). Os EUA sugerem a adoção de subsídios à exportação de seu produto para não serem obrigados a ceder parcelas do mercado a seus concorrentes. Paralelamente, tentam compor acordos comerciais com os demais países exportadores, enquanto, internamente, manifesta-se a pressão de *lobbies* agrícolas para a criação de um cartel do cereal, nos moldes da OPEP,

Esta última opção, freqüentemente lembrada nos últimos anos, afigura-se improvável, porquanto, de imediato, exigiria composição cuidadosa, sob a vigência de leis anti-truste nos EUA, além de se chocar com as intenções de livre comércio do atual governo norte-americano.

CARTEL: A SOLUÇÃO INVIÁVEL

O funcionamento deste cartel, cujo objetivo precípuo seria a elevação e sustentação dos preços internacionais em níveis favoráveis a seus membros, seria obstaculizado pela própria estrutura do mercado. Atraídos pelos preços, pequenos produtores de hoje (Suécia, Turquia e outros) lançar-se-iam ao plantio. O potencial de expansão do trigo em áreas atualmente marginais é grande e, em pouco tempo, estaria inviabilizado o cartel, também em razão da dispersão, pelo globo, dos velhos e novos produtores. Igualmente fácil seria a substituição do trigo, entre os importadores, por sucedâneos, como o arroz, o milho, etc, quando as toneladas importadas pesassem excessivamente em suas balanças de comércio. Deste modo, pode-se supor que a próxima reunião do International Wheat Council, em Londres, em 19/3, optará pela prorrogação, por mais um ano, dos envelhecidos termos do Acordo de 1971.

E A SAÍDA PROVÁVEL

Para o Brasil, isto significará a certeza da obtenção de trigo barato no exterior, visando à complementação da produção doméstica.

AS NECESSIDADES BRASILEIRAS DE IMPORTAÇÃO

As necessidades brasileiras gerarão importações próximas a 4 milhões de t, possivelmente abaixo do volume adquirido em 1978, em razão do melhor resultado conseguido na safra do ano passado, do aproveitamento de estoques remanescentes e do ingresso de parte da safra paranaense, no início do segundo semestre.

Considerando-se um preço em torno de US$ 140/t, o dispêndio com o trigo ficaria ao redor de US$ 560 milhões em 1979, mantendo-o como o segundo item em nossa pauta de importações.

UM DIA, TALVEZ, A AUTO-SUFICIÊNCIA

Contudo, a esperada ampliação da área plantada gaúcha (estimada, em 50%), a expansão da triticultura em regiões pioneiras e a ausência de um esquema internacional de valoorização do cereal, contribuirão para reduzir o volume de divisas evadidas nas compras externas de trigo. Os dois primeiros fatores, mantêm viva a esperança de que o país será capaz, um dia, de se tornar menos dependente das importações.

Também colaboraram neste número, os seguintes estagiários:

Lauro Flávio de Faria
Rogério Carneiro Campello
Andréa Delmonte
Iracema Bouza Pessôa
Frederico A. N. B. Neto

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal: 9.052 — ZC-02
Tel: 266-1512
CEP: 20.000 — Rio de Janeiro — RJ

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR
Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida. Estado de São Paulo — representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

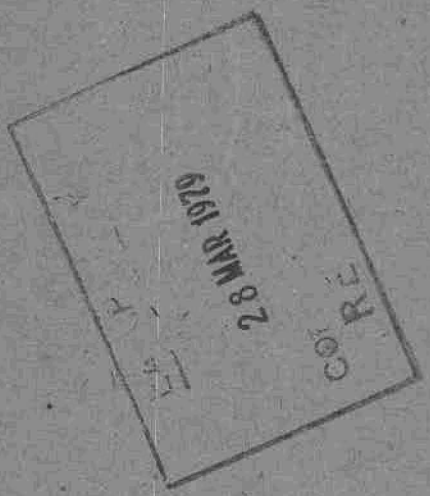
COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais — Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais — Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais — Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas — Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica — Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados — Eugenio Decourt



Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL